

# Aeronáutica investiga acidente com Seneca 2

**Causas do desastre em que morreu o presidente da Funai provocam especulações**

**RUBENS SANTOS**  
Especial para o Estado

**G**OIÂNIA – O Ministério da Aeronáutica garantiu, ontem, que em menos de 90 dias não terminará as investigações sobre a queda do Seneca 2, às 21h45 de segunda-feira, que provocou a morte do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sullivan Silvestre. Mesmo assim, o ministro da Justiça, Renan Calheiros, disse que vai acompanhar as investigações sobre o acidente com o avião da Uta-Base Táxi-Aéreo, prefixo PT-EQZ, quando estava em procedimento de pouso no Aeroporto de Goiânia.

“Não quero prejudicar, mas quero saber de tudo”, disse o ministro Calheiros, ao ser perguntado se o acidente foi uma fatalidade ou poderia estar ligado aos conflitos da Funai.

As especulações sobre a queda do avião começaram entre os moradores do bairro de Goiânia 2, localizado a 4 quilômetros da cabeceira do Aeroporto Santa Geneveva. Eles garantiram aos bombeiros e à polícia que o avião caiu como se tivesse explodido no ar.

Alguns, como Josué de Bezerra, na cidade de Anápolis, a 50 quilômetros de distância, afirmam que o avião apareceu às 21 horas voando baixo e com problemas. Mas a torre do aeroporto local garante que nenhum pedido de pouso de emergência foi feito.

O avião, pilotado por Aguiar Rodrigues Rosa, bateu em árvores, derrubou postes, destruiu um carro e o telhado da casa de Luismar de Paula. Ficaram carbonizados os corpos do piloto, do presidente da Funai e de dois de seus auxiliares:



Adão Fernandes Sobrinho e Luciano Ribeiro Neves.

No enterro, realizado às 15h40 de ontem, no Cemitério das Palmeiras, em Goiânia, índios caipós, terenas e xavantes realizaram danças fúnebres e lamentaram a morte de “uma pessoa de confiança e muito séria”, como disse o xavante Jeremias, referindo-se a Sullivan. Além do ministro da Justiça, estavam presentes à cerimônia os senadores Iris Rezendé, Maguito Vilela e Mauro Miranda, todos do PMDB, e o vice-governador do Estado, Alcides Rodrigues Júnior.

**ÍNDIOS  
LAMENTARAM  
MORTE DE  
“PESSOA SÉRIA”**

Rodrigues Júnior.

**Vôo fretado** – Sullivan fretou o avião da Uta-Base em Brasília depois de perder um voo comercial para Goiânia. Conforme avaliação de alguns pilotos, faltariam apenas dez segundos para o avião alcançar a pista. Todas as características do acidente levam a crer que houve pa-



Bombeiros examinam destroços do avião (acima) e Sullivan: investigação

rada total dos dois motores.

O Ministério da Aeronáutica, por meio do Serviço Regional de Aviação Civil (Serac-6), abriu as investigações para apurar as causas do acidente. A polícia Civil de Goiás deve abrir inquérito, enquanto a Polícia Federal vai esperar pelo relatório final do Centro de Prevenção de Acidentes Aéreos (Cenipa) para fazer o mesmo. Se houver indícios de sabotagem, a PF entrará no caso, já que Sullivan era um funcionário público federal.

O avião Seneca 2 era um dos modelos mais modernos do fabricante, mas o Ministério da Aeronáutica não sabia, ainda, há quan-

to tempo voava. Segundo o proprietário da Uta-Base, Bruno Finotti, a aeronave tinha motores novos. Ele afirmou que não poderia imaginar o que aconteceu na noite de segunda-feira, já que o piloto Agmar Domingos Rosa tinha 23 anos de experiência.

O diretor da Região Centro-Oeste do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Mozart Barroso, disse que a empresa enfrenta pendência judicial por causas trabalhistas, mas desconhecia qualquer irregularidade nos dois únicos aviões da Uta-Base. **(Colaboraram Edson Luiz e Sônia Cristina Silva)**

## Sullivan introduziu nova mentalidade na fundação

**LOURIVAL SANT'ANNA**

Quando Sullivan Silvestre de Oliveira assumiu a presidência da Funai, em agosto de 1997, a ampla sala reservada ao ocupante do cargo era periodicamente invadida por índios pintados para a guerra, descontentes com o declínio das ações assistencialistas do órgão. O penúltimo presidente, Márcio Santilli, saíra por causa das pressões da “máfia da Funai”. O antecessor de Sullivan, Júlio Gaiger, durara um ano. A presidência da Funai era considerada o pior cargo do governo federal. O órgão era símbolo do Estado falido e corrupto.

No último ano e meio, essa imagem vinha sendo mudada lentamente, enquanto Sullivan batia os recordes de permanência do cargo e de inviolabilidade de sua sala. Sullivan introduziu uma nova mentalidade na Funai. Ao contrário dos presidentes anteriores, não tinha experiência na área indigenista. Trazido por Íris Rezendé, recém-empossado ministro da

Justiça, Sullivan imprimiu um ritmo pragmático à sua gestão. Procurador de Justiça de Goiás, ele usou seu conhecimento jurídico para comandar uma espécie de mutirão legal, destravando, com sua equipe de advogados, centenas de processos de regularização de terras indígenas.

Até 1995, havia cerca de 30 milhões de hectares registrados como posse definitiva dos índios. Desde o início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, outros 28,4 milhões de hec-

tares foram registrados. Desses, 23 milhões na gestão de Sullivan. Somadas todas as terras, nos diversos estágios de regularização, 11% do território nacional está sendo reservado para os 330 mil índios – de 215 etnias – do País.

Sullivan tinha, porém, consciência de que dar terras para os índios não resolve o problema deles – além de criar problemas para os não índios expulsos, embora isso não seja preocupação para um presidente da Funai. “O desafio, agora, é tornar essas terras produtivas”, dizia Sullivan, em entrevista ao Estado, em julho. Demolido tabus, o presidente da Funai propunha a exploração ecologicamente sustentável da agricultura, da madeira e até da mineração nas terras dos índios aculturados. Para os índios isolados, defendia a política das frentes de contato,

**ELE DEFENDIA  
EXPLORAÇÃO  
ECONÔMICA DE  
ÁREA INDÍGENA**

pontificando: “Se a Funai não chegar, outros chegarão antes.”

Essas teses provocaram alvoroço em indigenistas, alguns ocupantes de cargos de diretoria na Funai. Contrário ao paternalismo

e ao integracionismo, mas, ao mesmo tempo, favorável ao ingresso dos índios aculturados na “sociedade tecnológica”, Sullivan sabia estar botando a mão no vespeiro de “direitos adquiridos”, de interesses longamente nutridos e de convicções arraigadas. Pressentia, também, estar caminhando na areia movediça dos conceitos polêmicos e contraditórios que envolvem a política do Estado brasileiro para os índios. Mas soube enfrentá-los com inteligência e honestidade intelectual.